

Comitê Pop Rua Jud
Programa Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante
Subcomitê de Trabalho Decente e Seguro
Biênio 2024/2026

Ata de reunião extraordinária - Política Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas Interseccionalidades n. 2/2026

1. Informações da reunião

Data: 25/02/2026

Hora: 14h

Tipo: extraordinária

Formato: reunião online

Plataforma: Google meet

2. Participantes

Desembargadora Gestora Regional do Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, do Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalhador Migrante, e Coordenadora do Comitê Pop Rua Jud	Catarina von Zuben
Magistrada Coordenadora do Comitê Regional do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade	Itatiara Meurilly Silva Lourenço
Coordenadoria de Estatística	Gustavo Miranda da Silva
Diretoria Geral da Administração	Bruna Montresol Faversani
Seção de Serviço Social	Ariene Virgínia Duarte da Costa
Divisão de Sustentabilidade	Juliana Cavalcante Parpinelli
Seção de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade	Filipe Gioielli Mafalda
Secretaria de Comunicação Social	Agnes Augusto
Secretaria de Governança e Gestão Estratégica	Márcio Vinícius Gimenes Milan
Participante da equipe do Projeto de Consultoria em Diversidade CEERT TEMA 3 - Prestação Jurisdicional, Atendimento, Segurança e Relação com o Público Externo - lotado na Secretaria de 1ª Instância do NUPEMEC-JT-CI	Thiago Boeno Pessoa Ramos

Secretaria de Segurança Institucional	Luiza Pierre
---------------------------------------	--------------

Ausências justificadas

Nome	Motivo
------	--------

3. Pauta

Item	Assunto
I	Prosseguimento das tarefas acordadas em reunião anterior

4. Breve relato

A Dra. Catarina Von Zuben iniciou a reunião agradecendo a presença de todas e todos e esclarecendo que o encontro teria caráter objetivo, destinado principalmente ao retorno das áreas envolvidas quanto à implementação das ações relacionadas à Política Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua.

1. Comunicação com demais Órgãos

Foi informado que a Defensoria Pública da União (DPU) não possui estrutura para absorver demandas individuais recorrentes, mas mantém convênio com escritório de advocacia vinculado à universidade; e que o Ministério Público do Trabalho tende a atuar apenas em demandas com repercussão coletiva, sendo rara a atuação em casos individuais.

Foram obtidos, junto ao TJ, dois normativos, que serão encaminhados às pessoas presentes, um referente à priorização e anotação processual nos casos envolvendo população em situação de rua e outro voltado à área de segurança institucional.

2. Comunicação Social (SECOM)

A Sra. Agnes Augusto informou que estão sendo produzidos três vídeos curtos destinados ao público interno, com foco na utilização dos marcadores no PJe para identificação de processos relacionados à temática. Um dos vídeos também será disponibilizado ao público externo (YouTube). A previsão inicial de publicação será no final de março, podendo haver ajuste conforme o andamento das demais ações.

Informou também que será elaborada notícia na intranet, com texto explicativo sobre o projeto, sua importância, público-alvo e encaminhamento aos vídeos. Para o público externo, será publicada notícia no site institucional, destacando os principais pontos da resolução do CSJT e as providências adotadas pelo Tribunal. Poderá ser mencionada a cartilha de linguagem

simples já reconhecida com selo do CNJ, inclusive como material a ser disponibilizado fisicamente ao público atendido.

3. Sistemas (PJe) e normativos

Foi registrado que as demandas relacionadas às alterações de sistema estão sob acompanhamento da equipe da Michele, que se encontra em evento nacional. As adequações parecem estar em andamento, inclusive quanto à elaboração de passo a passo, possivelmente integrado aos vídeos em produção.

Permanece pendente a elaboração de norma ou recomendação formal.

4. Segurança – Protocolo de atendimento

Foi retomada a demanda referente à elaboração de minuta de protocolo de atendimento às pessoas em situação de rua, com definição de fluxos institucionais, incluindo espaço para recepção; local para guarda de pertences e animais; diretrizes quanto à forma de tratamento e procedimentos de encaminhamento.

A Sra. Luiza Pierre informou que fará a consolidação dos apontamentos da reunião anterior e alinhará com o setor.

Deliberou-se quanto ao envolvimento da assistente social Ariene Virgínia Duarte da Costa na construção do documento; o envio do normativo do TJ à Segurança para subsidiar a elaboração; o prazo para apresentação da minuta até 6 de março de 2026.

5. Capacitação

Ficou definido que será elaborado plano de ação formativa, a ser estruturado pelo representante do Comitê em conjunto com a Dra. Daiana, para posterior encaminhamento à EJUD. A previsão é de conclusão inicial até a semana seguinte à reunião.

6. Próxima reunião

Ficou agendada a próxima reunião para o dia **6 de março de 2026 (sexta-feira), às 16h**, em formato virtual.

5. Deliberações

Após exposição e discussão a respeito dos assuntos da pauta, foram tomadas as seguintes deliberações:

Descrição	Responsável pelo cumprimento
Elaboração de minuta de protocolo de atendimento com definição de fluxos institucionais	SSI, com validação pela Saúde
Alinhamento com entidades de Proteção Social	Des. Catarina von Zuben e Dr. Fábio Branda
Elaboração de norma/recomendação	Des. Catarina von Zuben e aprovação pela Presidência
Adaptar capacitação existente	Filipe e Dra. Daiana Monteiro Santos
Verificar campanha existente no CSJT	Luciana e Agnes (SECOM)
Elaborar materiais de divulgação sobre priorização e sinalização de processos	Michele Vieira Campos e Larissa Fonseca (Núcleo PJe)
Informações do CSJT sobre o banco de decisões	Michele Vieira Campos

6. Próxima reunião

Data: **6/3/2026**, às **16 horas**.

7. Assinatura do(a) coordenador(a) do colegiado

Assinatura eletrônica, conforme selo de autenticidade.